



Breve Apresentação

A Associação Bengala Mágica foi constituída formalmente a 20 de outubro de 2017 tendo partido da iniciativa de um grupo de pais que, tendo por base as suas vivências diárias, as suas limitações e necessidades, uniu-se para constituir a primeira Associação Nacional de pais, amigos e familiares de crianças, jovens e adultos cegos e com baixa visão.

Não pretendemos substituir outras associações ou recursos já existentes, mas sim aliar os nossos esforços e os nossos conhecimentos para que possamos dar um contributo na melhoria das condições de vida das crianças, jovens e adultos cegos e com baixa visão e das suas famílias.

Posição da Bengala Mágica relativamente à educação de crianças e jovens com Deficiência Visual (DV)

A tomada de posição que aqui apresentamos é fundamentada:

1. Pela experiência enquanto pais de crianças e jovens com DV e pelas vivências dos nossos filhos;
2. Pela opinião de profissionais da área educativa e clinica que apoiam as crianças e jovens cegos e com baixa visão;
3. Pela opinião do Conselho Técnico-Científico da Bengala Mágica (órgão que apoia a associação técnica e cientificamente) constituído por: uma docente de educação especial do Grupo de Recrutamento (GR) 930; uma docente de educação especial do GR 910; uma educadora da Intervenção Precoce; dois professores de Música; uma professora de Português que integra o Núcleo Braille do INR; dois psicólogos clínicos; um psicólogo educacional; uma médica especializada em saúde infantil; uma médica de clinica geral; uma médica de oftalmologia pediátrica; uma médica neuropediatra; um médico geneticista; uma enfermeira e um advogado (três destes profissionais têm deficiência visual - 2 cegos e um com baixa visão - pelo que dão também um contributo prático, em termos de experiência vivenciada).

Escolas de Referência no domínio da visão

As Escolas de Referência foram uma novidade do Decreto Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, que regulamentava os apoios a serem dados no âmbito da Educação Especial.

Aparentemente, talvez para quem não vive esta situação na primeira pessoa, a intenção até era boa. Pretendeu-se concentrar na mesma Escola/Agrupamento, um conjunto de recursos humanos e materiais de forma a dar uma resposta de qualidade

aos alunos com DV. No entanto, o que pareceu ser um bom propósito pode parecer ter uma boa intenção ignora ignorou aspectos essenciais no desenvolvimento emocional e social das crianças e jovens, além de, em muitos casos, não responder adequadamente às necessidades destes alunos e famílias.

Neste contexto, estávamos muito expectantes relativamente à revogação do Decreto-Lei n.º 3/2008 e às alterações que a nova legislação poderia apontar, assumindo-se como um quadro legal para uma Escola Inclusiva: o Decreto-Lei n.º 54/2018, publicado a 6 junho. No entanto, verificámos que este Decreto continua a preconizar as Escolas de Referência do Domínio da Visão enquanto resposta para os alunos com DV.

A nossa Associação considera que não faz sentido existirem escolas de referência no domínio da visão como recurso organizacional que obrigue a canalizar para as mesmas os alunos com DV. Embora os pais saibam que podem matricular os seus filhos nas escolas da sua área de residência, o que acontece é que estas, não dispendo de recursos especializados em DV/Problemas de Visão, sentem-se legitimadas para recusar a sua matrícula, forçando as suas famílias a procurar as escolas de referência que, na sua maioria, obrigam a deslocações longas e cansativas. Às crianças e jovens com DV, tal como a todas as crianças e jovens, deve ser dada a oportunidade de estudar na Escola da sua área de residência e, a essa Escola devem ser dadas as condições e, deste modo, a oportunidade de contribuir para a inclusão destas crianças na sua comunidade local. A Escola não é um espaço físico isolado do contexto que a rodeia. Ela insere-se num meio e esse meio engloba toda a comunidade da qual estas famílias fazem parte, quer os seus filhos tenham ou não DV. O que nos é pedido, a nós pais é que excluamos os nossos filhos, com DV, da comunidade em que vivem.

1. As crianças e jovens com DV iniciam os seus percursos escolares em creches/Jardins de Infância das suas áreas de residência (até porque o transporte para as escolas de referência só é cedido a partir do 1.º ciclo do ensino básico). Quando ingressam no 1.º ciclo, é cedido o transporte – táxi ou carrinha – para as escolas de referência sendo separadas dos seus colegas e retiradas ao seu contexto/meio, para escolas em contextos que não conhecem e que não lhes são familiares, longe das suas casas, passando por vezes todo o dia fora daquele que é o seu meio natural.
2. Nunca terão oportunidade de fazer a deslocação casa/escola com os colegas de turma/escola, ou mesmo com familiares (pais, avós, primos, irmãos..., identificando percursos e, descobrindo e conhecendo de forma natural a localidade onde vivem.
3. Às famílias (pais) é negada a oportunidade de colocar os seus filhos junto das suas residências e assim poderem beneficiar do apoio da família alargada (por exemplo, dos avós) ou de vizinhos, além de que é sempre uma situação altamente discriminatória e excludente terem de optar por uma escola que, na verdade, não é a aquela à qual a criança pertence.

4. A resposta dada nestas Escolas de Referência nem sempre é a melhor. Em muitas delas apenas se reúnem os recursos humanos (professores), noutras nem isso. Por outro lado, a maioria não está adaptada fisicamente, não reunindo os recursos materiais necessários até porque estes recursos (Produtos de Apoio) são afetos aos alunos individualmente, através dos CRTIC, da Saúde ou da Segurança Social, acompanhando-os ao longo do seu percurso escolar, em qualquer Escola que se encontrem matriculados. São, pois, recursos para, e do, aluno e não da Escola.
5. Relativamente aos produtos de apoio, a experiência tem mostrado que estes demoram demasiado tempo até serem disponibilizados aos alunos com DV colocando em causa o acesso ao currículo e o desenvolvimento das aprendizagens destes alunos.
6. Também os manuais escolares/livros ampliados, em braille ou em formato digital, chegam às Escolas muito tarde (por vezes, só no segundo ou terceiro período do ano escolar) sendo evidente que não há capacidade de resposta por parte do Centro de Recursos da DSEEAS/DGE.
7. Temos conhecimento que algumas Escolas de Referência não têm neste momento alunos com DV, o que mostra que a referência deve estar onde estão os alunos e não o contrário.

Intervenção Precoce na Infância

O Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI) assume-se como um serviço precioso para o desenvolvimento e inclusão de crianças dos 0 aos 6 anos de idade, com alterações ou em risco de apresentar alterações nas estruturas ou funções do corpo, tendo em linha de conta o seu normal desenvolvimento. Tal como consta no Portal do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI): "O SNIPI tem a missão de garantir a Intervenção Precoce na Infância (IPI), entendendo-se como um conjunto de medidas de apoio integrado centrado na criança e na família, incluindo ações de natureza preventiva e reabilitativa, no âmbito da educação, da saúde e da ação social."

O Decreto-Lei n.º 281/2009, de 6 de outubro, que cria o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância, determina, entre outras competências do Ministério da Educação, a obrigação de: "Organizar uma rede de agrupamentos de escolas de referência para IPI, que integre docentes dessa área de intervenção, pertencentes aos quadros ou contratados pelo Ministério da Educação."

Contudo a Intervenção Precoce não é uma área de intervenção generalista. Implica um conhecimento específico sobre o desenvolvimento humano e sobre modelos e estratégias de intervenção num contexto centrado na família e capaz de responder às especificidades e necessidades de cada criança.

A Associação Bengala Mágica aguarda impacientemente alguma novidade no que diz respeito à Intervenção Precoce pois, a este nível consideramos que se “tapa o sol com a peneira”, pois:

1. No caso das crianças que apresentam DV, muitas vezes referenciadas para este serviço pelos médicos que as acompanham, na altura do diagnóstico, além da resposta ser muito insuficiente, é ineficaz. A verdade é que não encontramos nas equipas de intervenção precoce profissionais com formação na área da DV, o que compromete significativamente o atendimento que é dado a estas crianças e respetivas famílias.
2. A IPI, tal como o nome indica, intervém junto das crianças e famílias dos 0 aos 6 anos. Porém, se um aluno ingressar no ensino pré-escolar da rede pública e começar a beneficiar das medidas de suporte à aprendizagem, frequentemente, deixa de ser apoiado pela Equipa Local de Intervenção (ELI), por falta de recursos, uma vez que, estas Equipas, devem priorizar as crianças que não têm outros apoios. Constatamos, no entanto, que o apoio dado pelas escolas também não é suficiente devido à falta de recursos das próprias escolas para apoiar o pré-escolar. No que respeita aos apoios técnicos que poderiam, eventualmente, ser prestados pelos Centros de Recursos para a Inclusão (CRI), estes não são possíveis pois os protocolos são celebrados apenas para apoios a prestar a partir do 1.º ciclo.
3. A inexistência de profissionais que possam apoiar estas crianças e famílias obriga a que, muitas vezes, sejam encaminhadas para as candidaturas ao subsídio de educação especial de modo a poderem receber os apoios através de profissionais de clínicas privadas. Contudo, além de nem todas as famílias terem direito a este tipo de apoio, pois depende os seus rendimentos, o mesmo, quando é concedido, é prestado fora dos contextos naturais da criança (escola, domicílio) não correspondendo ao expectável para esta faixa etária.

Nota final - algumas sugestões

Consideramos que muito caminho já se percorreu. Estamos certos de que as políticas implementadas têm procurado dar a melhor resposta a todas as crianças e jovens. Contudo, é na caminhada que vamos percorrendo que vamos encontrando os obstáculos, percebendo as direções e encontrando as soluções. Por essa razão, gostaríamos de tecer algumas considerações finais de forma a apontarmos alguns caminhos possíveis, nestas encruzilhadas que vão surgindo:

1. As atuais Escolas de Referência podem vir a constituir-se como Centros de Referência de Apoio à Inclusão de Crianças e Jovens com DV, nas Escolas da área de residência dos mesmos. Estes Centros de Referência deverão reunir os recursos humanos e até alguns equipamentos e recursos materiais (por exemplo, impressoras braille, de relevos, livros), contudo, em vez de ser o aluno a ser deslocado para a escola de referência, são estes recursos que devem estar disponíveis para apoiarem os alunos e docentes que se encontram nas suas áreas de residência e respetivas comunidades educativas. Isto poderá exigir a contratação de mais docentes de educação especial do Domínio da Visão, mas em contrapartida vai “poupar” nas despesas de transporte destes alunos por parte do Estado.
2. Relativamente aos Produtos de Apoio e outros recursos materiais, a morosidade na sua atribuição (muitas vezes 1 ano ou mais) e os custos associados deveriam levar à criação de um banco público eficaz. Muitos destes produtos/materiais são usados por curtos períodos de tempo, estando em bom estado de conservação ou a precisar de pequenas manutenções.
3. Às ELI que acompanham crianças com DV (não são muitas) deve ser disponibilizada formação adequada, no âmbito da intervenção com crianças com DV, capacitando os profissionais para intervir com estas crianças e com as respetivas famílias. Além disto estas equipas devem ter apoio constante de especialistas na área (em termos de consultadoria).
4. De acordo com o Decreto-Lei n.º 54, todo o apoio especializado ao aluno com DV é da responsabilidade do Docente de Educação Especial (Promover o desenvolvimento de competências emergentes de leitura e escrita em braille na educação pré-escolar; lecionar a área de literacia braille contemplando a aplicação de todas as grafias específicas, nos ensinos básico e secundário; assegurar a avaliação da visão funcional tendo por objetivo a definição de estratégias e materiais adequados; Promover o desenvolvimento de competências nas áreas de: orientação e mobilidade, produtos de apoio para acesso ao currículo, atividades de vida diária e competências sociais.). Deste modo, é fundamental repensar e adequar a formação especializada e/ou em exercício, destes docentes, uma vez que, em algumas situações, encontramos docentes de educação especial – Domínio da Visão – pouco preparados para esta resposta ou que não têm formação específica de braille, por exemplo. Os cursos de especialização devem obrigatoriamente ter nas suas matrizes curriculares estas áreas específicas.

Lisboa, 7 de fevereiro de 2019

A Direção da Associação Bengala Mágica

Testemunho – Elisabete Lopes- Mãe da Eva (6 anos) - 1º ano de escolaridade

O meu nome é Elisabete e sou a mãe da Eva, uma menina cega de 6 anos.

A Eva nasceu com Amaurose Congénita de Leber. Foi seguida pela CAIPDV (uma serviço da Associação Nacional de Intervenção Precoce localizado em Coimbra) desde os 4 meses e integrou a Creche da Santa Casa da Misericórdia em Agueda com 2 anos.

Não havia nenhum técnico especializado nessa instituição mas graças ao trabalho extraordinário da educadora de ensino regular e ao apoio da CAIPDV a Eva teve um desenvolvimento extraordinário e chegou ao 6 anos sabendo manipular a máquina braille e inclusive escrever pequenas palavras em braille.

Como sempre me foi dito que os professores de braille deslocavam-se às escolas de proximidade, o que estava previsto era a Eva ir para a escola de Agueda junto com os seus amigos amigos.

Em articulação com a Direção do Agrupamento de Àgueda, tínhamos inclusive escolhido a professora e juntado todas as crianças do grupo do Jardim de Infância na mesma turma que a Eva, para ela não se sentir deslocada.

Na altura de começar a tratar do processo de inscrição, formalmente, na Escola do 1º ciclo, foi-me dito pela coordenadora do Ensino Especial de Aveiro (Escola de Referência) que os professores de ensino especial não se deslocariam a Agueda e que para poder ter braille a Eva teria de ir para a Escola de Referência que era em Aveiro.

Foi uma fase muito difícil para todos: para mim que tinha planeado a vida da Eva em Agueda, inclusive as atividades extra curriculares; para os amigos da Eva que estavam a contar ficar com ela no 1º ciclo, para a família porque a nossa menina ia ser arrancada ao contexto dela...

Uma criança cega, mais do que qualquer outra, precisa de conhecer o espaço dela porque é muito mais difícil para eles poderem adaptar-se sem ver.

Escolhi que a Eva fosse para a Escola de Referência por obrigação porque não podia arriscar que a minha filha ficasse em Águeda sem professor de braille.

A Escola de Referência está situada num bairro social muito difícil, com crianças com imensas dificuldades...é uma escola que não tem metade das condições do que a Escola de Águeda teria e que não está adaptada a crianças cegas. Uma escola com imensas dificuldades financeiras, com poucas auxiliares...

Na primeira semana de aulas a Eva foi colocada num táxi com duas crianças com outras deficiências e comportamentos violentos, aliás que no ano anterior iam de carrinha para a escola e com uma auxiliar. A Eva tinha de sair às 7h de casa, eu tinha que ir no táxi para segurar os meninos para não baterem na minha filha até à escola e enviar um dos avós no retorno para o mesmo efeito!

Nessa escola estão duas crianças com baixa visão e duas com cegueira (incluindo a Eva)...

Almoçam juntas em vez de serem misturadas com as outras crianças das suas turmas, contrariamente ao que acontecia no Jardim de Infância que a Eva frequentava em Àgueda....

De essas crianças, nenhuma é de Aveiro e todas vão e vem de táxi...

Por isso pergunto eu:

1. Qual é a vantagem das escolas de referência?

- Melhores escolas? Não. São escolas situadas em bairros sociais a necessitar de obras.

2. São escolas adaptadas a deficiência visual? Não...nada está adaptado...Inclusive a creche/II onde estava a Eva, em Águeda, estava muito mais adaptada do que a escola de referência em Aveiro.

3. Bem-estar para a criança? Não. Perdeu os seus amigos e dificilmente faz outros visto não se conhecerem e só se encontram na escola pois a Eva não frequenta Aveiro...

4. Confiança nos pais? Não. Nunca consigo falar com os professores para ver a evolução da minha filha e inclusive nunca tenho o prazer de ir buscar e levar a minha filha à escola.

Passamos a semana a correr porque para a Eva tem de vir de Aveiro à tarde para poder disfrutar das atividades extra curriculares em Agueda (Conservatorio de Musica, Catequese, Equitação).

A minha sorte é a Eva ser uma criança que quer aprender e que adora o professor de braille que está com ela, que seja dito, também tem de se deslocar de Coimbra a Aveiro

Por isso considero que as escolas de referência não são uma vantagem para deficientes visuais.

Não é minimamente pensado na criança e no seu bem estar...

Tenho mesmo a sensação que querem diluir essas crianças em bairros sociais como se não houvesse futuro para eles em vez de os deixar nos contextos familiares deles onde eles possam contagiar com a sua alegria e abrir os horizontes de quem não está habituado a lidar com a cegueira e a baixa visão.

Todos os pais das crianças que andaram com a Eva na pré escola estavam tristes por ela não continuar junto dos filhos destes, porque têm a certeza que os filhos são crianças diferentes pelo facto de terem convivido com uma criança diferente....Inclusive a Eva deixou saudades, nas férias voltou lá para cumprimentar as funcionárias cheias de saudades. A educadora quer tirar uma formação especializada em cegueira....

Todas as pessoas que se cruzam com estas crianças evoluem enquanto seres humanos e crescem imenso e coloca-las em escolas de referências, não só é segregar as crianças deficientes como é esconder a realidade aos outros....

O que a Eva conseguiu mudar, com o tempo, será esquecido pela falta de convivência...

Elisabete Lopes

Testemunho Paula e Vasco - pais de um menino de 6 anos- 1º ano de escolaridade

Somos pais de um menino, de 6 anos de idade, que ingressou no corrente ano letivo, no 1.º ano do Ensino Básico da Escola Básica de Fonte Grada, que pertence ao Agrupamento de Escolas Padre Vítor Melícias, em Torres Vedras.

Face à ausência na nossa área de residência, no Concelho de Mafra, de escola de referência para crianças com baixa visão ou cegueira, o nosso filho tem que fazer um percurso diário de cerca de 80 minutos ida e volta entre a nossa residência e a Escola que frequenta, saindo de casa todos os dias úteis, pelas 7h30m.

O estabelecimento de ensino que frequenta e que é uma Escola de referência no Domínio da Visão tem profissionais extremamente dedicados e o nosso filho encontra-se bem integrado no ambiente escolar.

Todavia, os apoios de que dispõe resumem-se à deslocação, **uma vez por semana**, de professor de braille pertencente ao Agrupamento.

Faltam apoios de outros profissionais, designadamente terapeutas ocupacionais e técnicos que prestem apoio na área da mobilidade.

De notar que apesar de o nosso filho ter sido referenciado no âmbito do SNIP1 e de ter tido acompanhamento no âmbito da estrutura local da APERCIM, enquanto frequentou o Jardim de Infância em Mafra, esse apoio pautou-se pela quase ausência de técnicos especializados na área da baixa visão ou cegueira e foram os pais que providenciaram pela contratação de um professor com especialização nessa área, que se deslocava ao JI uma vez por semana, sem que para esse efeito tivessem tido qualquer indicação/apoio financeiro.

Em suma, há um longo percurso a fazer, por parte dos decisores políticos, na criação de estruturas locais de apoio e na dotação das escolas de referência de meios técnicos e humanos adequados às necessidades de pessoas com deficiência e, em concreto, na área da baixa visão e cegueira.

Paula Cristina Palmelão da Silva Mota

Vasco Bruno Mota

Testemunho - Tatiana Pereira - mãe da Francisca (2 anos)

A Francisca tem doença crónica de Leber e é cega. Francisca frequenta o infantário desde os 5 meses e foi referenciada pela médica para a intervenção precoce (IP), tendo começado a ter acompanhamento de um técnico que ia à creche, no ano passado e este ano letivo passou a ter outro.

Neste momento, a minha maior preocupação prende-se com as escolas que a Francisca poderá vir a frequentar no próximo ano, com os 3 anos. Gostava que ela ficasse na área de residência, mas tenho de ver a situação das escolas de referência, sendo que a mais perto é em Loures que fica muito longe da nossa casa. Gostava que a minha filha Francisca ficasse no mesmo Agrupamento que a irmã e se isso não for possível nem sei como vai ser.

Em relação à IP preocupa-me o acompanhamento que ela tem, porque é o único de que usufrui, e os técnicos não têm formação na área da DV. Quando me deram o diagnóstico da Francisca e me referiram a existência da IP pensei que me poderiam ajudar, tinha muitas dúvidas, não sabia como agir, como comunicar com ela, como lhe mostrar o mundo...mas fiquei muito dececionada quando percebi que os técnicos da IP também não me sabiam orientar. O que tem essencial é o apoio de outros pais, com crianças com DV e a partilha de experiências e para isso foi fundamental ter conhecido a Associação Bengala Mágica graças a uma médica que me deu a conhecer. Não sei como seria se tivéssemos que fazer esta caminhada sozinhos.

Tatiana Pereira

Testemunho Faustina Jorge - mãe da Mariana (10 anos) – 5º ano de escolaridade

A Mariana ficou cega aos 4 anos por causa de um tumor no cérebro. Neste momento tem 10 anos e as maiores dificuldades que senti, tirando a doença dela, foi quando entrou na escola. Primeiro foi para a Escola de Referência do Seixal, mas era muito longe, tinha que se levantar às 5 horas da manhã. Depois abriu a Escola de Referência em Setúbal e foi aí que fez todo o 1º ciclo.

As maiores dificuldades foram sentidas quando a Mariana entrou no 2º ciclo. A Mariana andou naquele Agrupamento (no 1º ciclo) durante 5 anos, juntamente com outras crianças com DV, e a Escola de 2º ciclo sabia que ela iria para lá, mas não fizeram quaisquer adaptações. De referência não tinha nada... Além de ser uma Escola a precisar de obras, não tem condições físicas, nomeadamente por não ter varões de acesso e os corrimões serem de arame. Nas passagens das diferentes áreas da escola, não há sinalização palpável, não permitindo a orientação de quem não vê... Existia escoamentos de água sem gradeamento em locais de passagem dos alunos, entre muitas outras coisas... Segundo a Diretora a escola enviou vários pedidos de ajuda à DGEST e não obteve resposta. Quem nos ajudou foi a Câmara de Setúbal, a quem fui pedir ajuda pois a escola não tinha condições para a minha filha nem para os outros meninos que não são cegos. O que eu lamento é que durante todo este percurso tivemos que ser nós a pedir as coisas e a ver o que não estava bem, quando já temos tantas outras coisas com que nos preocupar, como é o caso da doença da Mariana.

Faustina Jorge

Testemunho Odete Carvalho (fez a sua escolaridade do 1º ao 12º ano entre 1975 e 1987) – Pessoa com cegueira

Quando tinha 6 anos entrei para a escola. Nessa altura era pouco frequente as crianças irem para o infantário, pelo que não fiz ensino pré-escolar. Nada contra o mesmo, até porque os meus filhos o frequentaram, no entanto, olhando para trás, ainda bem que tive a possibilidade de nos primeiros 5 anos da minha vida poder brincar o tempo todo na rua e com os vizinhos amigos, vivia em meio rural. O contacto constante com toda a natureza e as outras crianças da aldeia era um estímulo constante para ultrapassar eventuais obstáculos que surgissem no que respeitava à minha muito reduzida visão e interação com o meio e as outras pessoas, animais e todos os agentes da natureza. Aprendi a andar de bicicleta, subia a árvores, descia ribanceiras em carrinhos de rolamentos e arranhava-me toda como os outros meninos. Nunca sequer parti a cabeça, mas cheguei a despistar-me contra uma parede em bicicleta aos 10 anos a toda a velocidade numa corrida com dois amigos. Adorava todo o tipo de animais que adotava e cuidava se estivessem doentes ou famintos até ficarem bem. Todos os animais, falo de cães, gatos, pássaros, pombos e insectos. Tive bichos-da-seda e tinha de ir buscar o seu alimento com os outros amigos: as folhas de amoreira. Cheguei a ter uma cabrinha minha. Contactava com as galinhas, ia buscar para os meus pais ou os meus avós os seus ovos, com coelhos, cabras e ovelhas. Quando ia de férias para os meus avós em Pedrógão Grande também havia o contacto com burro e porcos, mas aí a minha proximidade a estes animais era menor.

Descrevi sucintamente esta fase não escolar da minha vida com o intuito de destacar a importância de períodos livres para que as crianças possam brincar sem serem orientadas constantemente por educadores ou os pais, mas sim vigiadas, claro. Acho absolutamente fundamental que hoje em dia os pais se preocupem em deixar tempos livres aos seus filhos, pois têm tantos sonhos, expectativas e desejo de coisas que eles façam e experimentem que o tempo esgota-se todo em atividades programadas. É válido igualmente para crianças cegas ou normovisuais.

Do 1.º ano ao 4.º fui para a escola na Freguesia da minha residência. Esta ficava a 800 metros de casa e, maioritariamente ia e vinha a pé. Do 5.º ano ao 11.º andei em duas escolas, chamavam-se na altura preparatória e secundária, no Concelho de Loures a 5 km de casa. Ia e regressava na rodoviária como todos os meus colegas e tinha o passe, que cheguei a perder, tal como eles. Durante esses 11 anos fui sempre a única aluna com deficiência visual. Na escola primária seriam cerca de 300 crianças e, nas escolas preparatória e secundária, cerca de 1000 alunos. Tive indicação da oftalmologia/consultas de subvisão para aprender braille, para não esforçar em demasia os olhos. Pelo que durante esses 11 anos foi sempre o meu meio de leitura e escrita, não obstante ter aprendido a conhecer o formato das letras e algarismos a tinta e aprendi também a assinar. Tinha professora de apoio que interagiu comigo e com os professores das disciplinas, sobretudo, transcrevia os enunciados dos testes para braille e depois as minhas respostas para tinta, a fim de que os outros professores as conseguissem corrigir. Procurava fazer chegar à escola livros, manuais, e materiais possíveis para cada disciplina. Na escola primária, a professora de apoio Alda Ruivo, além do apoio que me prestava, à professora das disciplinas, ainda dava apoio em casa aos meus pais, de como proceder comigo e indo indicando tarefas que eu devia fazer e sugerindo alguns tipos de brinquedos. Dou exemplo de que sugeri à minha mãe de que eu aprendesse a fazer malha, e aprendi, lavar umas peças de roupa no tanque em determinadas idades e eu gostava, brincar com arcos, algumas tarefas na cozinha, etc. A minha professora titular da primária, professora Cecília também aprendeu o braille no meu 1.º ano e era muito empenhada. Tinha bolas na escola com guizos e jogava no recreio com os meus colegas. Nessa altura escrevia-se no quadro com giz branco e, cada semana ficavam 2 alunos encarregues de apagar o quadro no fim das aulas. Eu também era destacada para essa tarefa, mesmo nunca indo escrever ao

quadro. Às vezes os materiais não chegavam todos ou os livros chegavam mais tarde ou nem tudo era perfeito mas, o que destaco, é que sempre me tive de adaptar às escolas e não as escolas a mim, pois eu era a única aluna que não via. Sempre tive colegas e professores solidários. Tive vários colegas no liceu que aprenderam braille e, às vezes até passavam um ou outro apontamento com a máquina Perkins do quadro para eu ficar na “ palhaçada ” com outros colegas. Era boa aluna, exceptuando as disciplinas de educação visual e educação física. Tive orientação e mobilidade mas ao tempo já andava sem os meus pais na rua. Aprendi, no âmbito do braille, abreviaturas e estenografia, o que foi fundamental para eu escrever super rápido os apontamentos ou que ditavam na aula ou que precisava passar em casa.

No 12.º ano vim para Lisboa para a Escola Secundária Cidade Universitária em Entrecampos de 5000 alunos em que não conhecia ninguém. Tinha 17 anos e não me lembro que alguma vez algum adulto me fosse levar ou buscar à escola. Ia na Rodoviária e depois 1 km a pé. Só com 14 ou 15 anos é que a minha mãe me acompanhava às bibliotecas a Lisboa ou ao Castilho em Campo de Ourique para aprender a estenografia Braille. Passei a todas as disciplinas no 12.º ano. Nessa altura comecei a praticar atletismo de competição no Estádio Universitário e não parava de fazer diversas outras coisas. Eu não queria mudar o mundo. Eu queria abarcar o mundo!

Hoje em dia Sou administrativa na Câmara Municipal de Lisboa. Estive 10 anos intensos no movimento associativo sempre na busca da igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência de Portugal e do resto do mundo, fui membro da União mundial de Cegos e da União Europeia de Cegos e sou batalhadora no meu dia a dia pela busca da acessibilidade máxima para todos e pela completa inclusão de todos na sociedade, essencialmente em atitudes que procuro, o mais possível que sejam de esclarecimento e alerta dos que me rodeiam das especificidades a serem melhoradas, dentro dos meus conhecimentos, e, no exercício de cidadania tão ativa quanto possível, pois terá de ser conjugada com a vida familiar e atividade profissional.

Hoje em dia não contacto com as realidades atuais de educação de crianças com deficiência visual até aos 10 anos, no entanto, ao longo de várias décadas sempre constatei que, principalmente, o apoio às famílias e crianças com necessidades especiais, nomeadamente todo o tipo de intervenção precoce ao nível educativo, era muito pouco desenvolvido e inexistente em muitos pontos do nosso país. Conheço diversos jovens entre os 13 e os 23 anos cegos e amblíopes. Fico perplexa com o modo de aquisição de competências que o sistema de ensino português lhes tem vindo a oferecer. A parte de oferta de materiais, manuais e livros adaptados melhorou muito, no entanto, os conhecimentos dos professores do ensino especial diminuiu dramaticamente. Não pretendo de modo algum desmerecer os professores, pois talvez tenha alargado imenso o âmbito de múltiplas deficiências e áreas de alunos com especificidades, sendo que o mundo de conhecimentos tenha de ser deveras alargado que lhes sejam impossível especializarem-se em todas as áreas. Há imensos professores de apoio sem experiência no braille, sem capacidade de resposta e de experiência para o apoio e aconselhamento também às famílias e não só no âmbito escolar. A maioria dos jovens cegos de hoje em dia não conhecem o sistema de abreviaturas e estenografia braille (que na minha opinião deveriam aprender a partir dos 12 anos), o que não lhes permite serem tão ou mais céleres na leitura e escrita do que os seus pares normovisuais.

Destaco um aspecto que considero bem negativo na formação das crianças e jovens cegos e amblíopes: as escolas de referência. Não deixo de perceber a questão da tentativa da especialização, da concentração de meios e recursos financeiros e não financeiros, mas trás um custo muito alto no prejuízo da formação desses jovens ao nível emocional e da comunidade juvenil e suas famílias, em geral. O aluno ao sair da zona da sua residência para estudar em idades tão jovens, antes dos 15 anos, pelo menos, perde a ligação aos seus pares

da sua freguesia e, também as crianças normovisuais perdem muito, o conhecimento, mais rico, do que é crescerem ao lado da criança cega sua vizinha. Desincentiva-se a solidariedade entre todos e a responsabilidade de criar soluções entre todos a cada momento. Nas escolas de referência, as crianças acabam por maioritariamente não conseguir criar grandes laços, pois os outros meninos seus colegas moram muito longe e nem sempre é possível no dia a dia fazerem coisas em conjunto fora da escola, passando também a não conhecer os meninos que frequentam as escolas ao pé das suas casas. Também não têm a possibilidade de irem a pé ou de autocarro para a escola desde os 11 anos com e como os meninos normovisuais do seu bairro, pois vão em carrinhas da Câmara ou transportes especiais, perdendo muito em convívio e aprendizagem da vida já em sociedade e realidade futura. Embora hajam maioritariamente crianças normovisuais nas escolas de referência, mas para mim, isso é ensino segregado, transporte segregado, despromovendo a inclusão desde cedo.

Odete Carvalho

Escolas de Referência no Domínio da Visão

Região	Concelho	Unidades Orgânicas	Nível de educação ou de ensino
Norte	Porto	AE Rodrigues de Freitas	Pré-escolar/Ensinos Básico e Secundário
	Braga	AE Maximinos	Pré-escolar/Ensinos Básico e Secundário
	Viana do Castelo	AE da Abelheira	Pré-escolar/Ensino Básico
		AE de Monserrate	Ensino Secundário
	Vila Real	AE Diogo Cão	Pré-escolar/Ensino Básico
		ES Camilo Castelo Branco	Ensino Secundário
	Bragança	AE Abade Baçal	Pré-escolar/Ensinos Básico e Secundário
Penafiel	AE Joaquim Araújo, Guilhufe	Pré-escolar/Ensinos Básico e Secundário	
Centro	Coimbra	AE Coimbra Centro	Pré-escolar/Ensinos Básico e Secundário
	Aveiro	AE de Aveiro	Pré-escolar/Ensinos Básico e Secundário
	Castelo Branco	AE Amato Lusitano	Pré-escolar/Ensinos Básico e Secundário
	Guarda	AE da Sé	Pré-escolar/Ensinos Básico e Secundário
	Leiria	AE Domingos Sequeira	Pré-escolar/Ensinos Básico e Secundário
	Viseu	AE Grão Vasco	Pré-escolar/Ensino Básico
		ES Emídio Navarro	Ensino Secundário
Lisboa e Vale do Tejo	Lisboa	AE das Olaias	Pré-escolar/Ensino Básico
		ES Maria Amália Vaz de Carvalho	Ensino Secundário
	Torres Vedras	AE Padre Vítor Melícias	Pré-escolar/Ensino Básico
		AE Henriques Nogueira	Ensino Secundário
	Benavente	AE de Benavente	Pré-escolar/Ensinos Básico e Secundário
	Entroncamento	AE Cidade do Entroncamento	Pré-escolar/Ensinos Básico e Secundário
	Cascais	AE S. João do Estoril	Pré-escolar/Ensinos Básico e Secundário
	Almada	AE Romeu Correia	Pré-escolar/Ensinos Básico e Secundário
	Santarém	AE Sá da Bandeira	Pré-escolar/Ensinos Básico e Secundário
	Setúbal	AE Sebastião da Gama	Pré-escolar/Ensinos Básico e Secundário
	Sintra	AE Leal da Câmara	Pré-escolar/Ensinos Básico e Secundário
		AE n.º 1 de Loures	Pré-escolar/Ensino Básico
	Loures	AE 4 de Outubro	Ensino Secundário
Caldas da Rainha		AE Raúl Proença	Pré-escolar/Ensinos Básico e Secundário
Alentejo	Évora	AE n.º 2 de Évora	Pré-escolar/Ensinos Básico e Secundário
	Portalegre	AE do Bonfim	Pré-escolar/Ensinos Básico e Secundário
	Beja	AE n.º 2 de Beja	Pré-escolar/Ensinos Básico e Secundário

